

Editorial

No mês passado tivemos mais um encontro da nossa Rede. Foi em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 24, 25 e 26 de abril. Esse é o tema de capa da Revista RET-SUS deste mês.

Você vai saber tudo o que aconteceu na 4ª Reunião Geral da RET-SUS, que teve em sua programação a discussão de temas como a política de Formação Técnica de nível médio em saúde, com destaque para o Agente Comunitário de Saúde; a consolidação da Pesquisa Científica e a apresentação de alguns projetos que participaram da recente Convocatória de Pesquisa lançada pela Coordenação de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS e, no último dia, reuniões regionais de trabalho em que se discutiram as novas perspectivas para a Rede diante do Pacto de Gestão e elaborou-se uma pauta de demandas das ETSUS para os governos estaduais em ano de eleição.

E esse foi só o começo. Este ano, pela primeira vez, teremos duas Reuniões Gerais da RET-SUS. Foi um prazer — daqueles muito produtivos — estar em Santa Catarina, rever todas as ETSUS juntas, levar toda a Rede para visitar a Escola de lá e contar com a participação ativa dos gestores do estado. E já estamos imaginando, pensando, planejando o encontro do segundo semestre, na Escola de Alagoas.

Um último comentário sobre o encontro da RET-SUS. Este ano, também pela primeira vez, a Reunião foi transmitida em tempo real, pela Internet, para todo o Brasil. Com isso, buscamos, por um lado, abrir as discussões sobre as questões que interferem no nosso trabalho para outros atores que, embora não sejam diretamente inseridos na formação, mantêm articulação com ela. Por outro, e principalmente, tentamos, na prática, reconhecer essa Rede com o tamanho que ela tem. Porque a Rede é das Escolas e estas são maiores, mais amplas do que os gestores (diretores e coordenadores

pedagógicos) que participam dos encontros. Elas são formadas e construídas, no dia-a-dia, pelo seu corpo técnico (em geral, pequeno) e pelos seus professores, trabalhadores dos serviços. Na impossibilidade de levá-los todos à Reunião, levamos a Reunião até eles.

Acompanhe ainda nesta edição duas matérias especiais. Uma delas é sobre a I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, promovida pelo Ministério da Educação e que acontecerá em agosto deste ano. As etapas estaduais já começaram no mês passado. Conheça aqui os cinco eixos que serão debatidos na Conferência e como se dará a participação dos delegados. A participação das ETSUS nesse evento é superimportante! A outra matéria é sobre a Década de RH, uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) para voltar as atenções do mundo sobre os trabalhadores da saúde nos próximos dez anos.

Na seção sobre as Escolas Técnicas, você vai continuar acompanhando o trabalho da sua e das outras Escolas da rede e saber algumas novidades em relação ao projeto de Modernização das ETSUS pelo Ministério da Saúde.

Mas, apesar de tanta coisa boa — tanta coisa que nem sobrou espaço para a entrevista, nesta edição temos também uma ausência. Você vai sentir falta da tirinha, aquela do 'Caiu na Rede é peixe', que existe desde o segundo número da Revista RET-SUS. O calendário ficou apertado por um monte de razões. A edição passada saiu atrasada porque tivemos que esperar a Conferência terminar; nesta, tentamos acertar o calendário, mas com o pouco tempo, acabou dando zebra. Paciência, o professor Peixoto e sua turma voltam no mês que vem.

Boa leitura a todos.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Gostaria de receber os exemplares anteriores desta que é sem dúvida uma excelente fonte de informação para os profissionais de saúde que estão sempre buscando atualizar-se. Gostei muito da matéria sobre os agentes de endemias, pois sou um deles, encontro-me na situação de contrato de prestação de serviço na Funasa há 18 anos. Como uma futura cientista social, procuro informação a todo instante.

Isabel Cristina Gomes
Guarda de Endemias, Coordenadora do IEC do município de Itaguaí (RJ)

Gostaria de agradecer a RET-SUS por me proporcionar o recebimento da revista nº 16, de março de 2006, fiquei encantada com a entrevista do Sanitarista Miguel Márquez, "hoje sei, que nada sei" sobre promoção à saúde e formação de trabalhadores realmente engajados na assistência à saúde da população.

Luciana Alves
Miranda- Mato Grosso do Sul

Caros Amigos,

ao cumprimentá-los, venho como profissional de saúde e como docente de cursos técnicos de ACS, Enfermagem e como professor universitário da área de Saúde Coletiva e Saúde Mental, solicito de vocês receber desde já as edições da revista, porque adorei o conteúdo e muito irá me auxiliar na formação de RH. Aqui no Amazonas eu trabalho a Escola Técnica do SUS (Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra) e, como um devorador dessa área, tenho certeza que essa revista será de suma importância. Desde já agradeço o apoio e aproveito para parabenizá-los pelo excelente trabalho. Forte abraço e sucesso.

Henry Vieira
Manaus - AM

Bom dia!!!!Sou estudante de Nutrição da Newton Paiva e através da professora Olga tive oportunidade de ver a revista que vocês possuem. Como os assuntos são de interesse da minha área, gostaria de saber. Abraços!

Ana Carolina Martins Luz

MEC promove Conferência

Como preparatórias para a Nacional, que acontecerá em

Pela primeira vez, a formação de técnicos será tema de Conferência. O Ministério da Educação está organizando a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (CNEPT), que ocorrerá sob o tema 'Educação Profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social'. As etapas estaduais começaram entre os dias 26 e 28 de abril. Já a Conferência Nacional acontecerá de 15 a 18 de agosto. Não houve etapas municipais.

Para nortear os debates nas Conferências Estaduais, foi elaborado um roteiro, contendo propostas divididas em cinco eixos temáticos. A assessoria de comunicação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do MEC, informou que, a partir das sugestões e alterações propostas nas etapas estaduais, um novo documento-base será produzido para a nacional. Entre os três mil participantes esperados para a 1ª Conferência Nacional, deverão comparecer representantes de entidades que atuam na área de Educação Profissional e Tecnológica, representantes dos poderes e do Ministério Público, dos Conselhos de Educação, dos Gestores da Educação Profissional e Tecnológica pública, de instituições não-governamentais e privadas, de entidades sindicais e patronais.

De acordo com o regimento da Conferência Nacional, nas etapas estaduais, serão eleitos, no mínimo, dez delegados por estado, devendo comparecer ao menos 100 pessoas para que seja válida a eleição. Formada essa delegação mínima, o número de representantes deverá variar conforme o número de habitantes de cada estado. Assim, seguindo os dados populacio-

nais do Censo IBGE/2000, cada 250 mil habitantes corresponderá a um delegado, sendo respeitado o número máximo de 50 representantes. Haverá ainda os delegados natos, que atuam em instâncias de âmbito nacional e, portanto, não participam das etapas estaduais. Eles serão indicados por órgãos de governo e entidades de abrangência e de representação nacional.

Os cinco eixos da educação profissional e tecnológica

O tema da 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica será discutido em cinco eixos temáticos, desenvolvidos num documento-base. O primeiro eixo, 'O papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social', propõe, por exemplo, que sejam concretizadas políticas públicas de inclusão emanadas pelas diretrizes da Educação Especial na Educação Básica. Além disso, propõe-se, entre outras coisas, a implementação de programas de educação profissional integrados à educação de jovens e adultos em todos os sistemas de ensino, tanto públicos quanto privados. Esse eixo pretende abordar o mundo produtivo em conexão com a sociedade e com a educação.

'O Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica' será discutido no segundo eixo temático. Ampliação de vagas, captação e gestão de recursos, bem como o acompanhamento da aplicação da verba pública, estão entre as abordagens relacionadas à questão do financiamento na área. Uma das sugestões é a interação entre as Secretarias nos Estados e os diver-

sos Ministérios envolvidos com a Educação Profissional e Tecnológica para proporcionar mais opções de investimentos. Outro item aborda a necessidade de se reduzir a privatização do espaço público através de fundações, terceirizações, parcerias, introdução de taxas no ensino público e precarização dos vínculos de trabalho.

'A organização institucional e o papel das instâncias de governo e da sociedade civil' é o terceiro eixo temático, que propõe o fortalecimento das relações com os vários segmentos da sociedade por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e de Seminários Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica. Sugere ainda que sejam ouvidos os trabalhadores, representantes de empresas, instituições públicas e privadas, organizações sindicais e não-governamentais.

'Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica' é o título do quarto eixo, que se desmembra em outros quatro subtemas: 'Sistema de Gestão', 'Proposta Pedagógica', 'Educação a distância (EAD)' e 'Formação e valorização dos profissionais de Educação Profissional e Tecnológica'. Um dos debates será sobre a gestão democrática, em especial do espaço escolar, como forma de desenvolvimento nacional e inclusão social. Além disso, será proposta a construção de uma educação tecnológica mais ampla, afinada com as propostas de uma cidadania ativa e crítica. A democratização também será abordada em relação ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Algumas alternativas são consideradas: processos de inclusão digital, formação a distância, criação

de Educação Profissional

agosto, as etapas estaduais já estão sendo realizadas

de telecentros e ativação de centros vocacionais tecnológicos. A qualificação e formação de professores é apresentada como uma “condição essencial para o processo de expansão qualitativa e quantitativa da educação profissional e tecnológica”.

Por fim, no quinto eixo será discutida ‘A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica’. O debate deverá afirmar a importância de se estimular a implementação de programas para integrar a educação básica e universalizada à formação de jovens e adultos autônomos, críticos, criativos e participativos.

Participação das ETSUS

O regimento apresenta ainda critérios que deverão garantir a participação dos diversos segmentos. Nas Conferências Estaduais, as eleições adotarão a seguinte proporcionalidade: 20% de gestores de educação (diretores de escola), 20% de professores de educação profissional e tecnológica, 10% de alunos de educação profissional e tecnológica e 10% de trabalhadores em educação. É nesses segmentos que as ETSUS devem buscar eleger seus representantes.

Elias Vieira de Oliveira, membro da Comissão Executiva da Conferência Nacional, diz que foi recomendado às comissões estaduais que as Escolas vinculadas ao Sistema Único de Saúde sejam estimuladas a participar do evento. E algumas delas já estão colocando a mão na massa.

A Coordenadora de Formação Técnica em Saúde da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, Eliete Saragiotto, participa da Comis-

TOTAL DE DELEGADOS POR UF				
UF	POPULAÇÃO	DELEGAÇÃO MÍNIMA	DELEGAÇÃO PROPORCIONAL	TOTAL DE DELEGADOS
AC	337.526	10	2	12
AL	2.652.421	10	11	21
AM	2.812.557	10	11	21
AP	477.892	10	2	12
BA	13.870.250	10	48	58
CE	7.428.461	10	38	48
DF	2.201.146	10	8	18
ES	3.297.282	10	12	22
GO	5.893.291	10	30	40
MA	3.461.433	10	20	30
MG	17.091.494	10	48	58
MS	2.079.061	10	8	18
MT	2.094.281	10	10	20
PA	6.172.397	10	30	40
PB	3.443.025	10	14	24
PE	7.918.344	10	32	42
PI	2.849.270	10	11	21
PR	9.543.460	10	36	46
RJ	14.291.282	10	48	58
RN	2.276.793	10	11	21
RO	1.279.297	10	4	14
RR	724.797	10	1	11
RS	10.187.790	10	48	58
SC	5.356.360	10	21	31
SE	1.798.433	10	7	17
SP	37.092.400	10	48	58
TO	1.157.090	10	3	13
TOTAIS	169.799.070	230	509	739

são Organizadora da etapa estadual na área de Infra-estrutura e tem buscado destacar a experiência da formação em saúde. Ela diz que essa participação da RET-SUS é fundamental porque “o maior processo de profissionalização parece ocorrer na saúde”.

Talita Lima, diretora da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, do Acre, que é vinculada à Secretaria Estadual da Educação (e não da Saúde), também garante que a escola está bastante inserida na organização da etapa estadual da Conferência, inclusive integrando a Comis-

são Executiva. A diretora espera que, na Conferência Estadual, sejam pensadas formas de regulação dos processos de formação profissional e debatidas propostas pedagógicas.

A coordenadora geral de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão, faz coro a todo esse movimento. “Tenho estimulado que as ETSUS acompanhem as discussões, para que as escolas conheçam as necessidades umas das outras”, afirma, informando ainda que o diálogo entre os Ministérios da Educação e da Saúde “tem sido muito bom e faz crescer os dois lados”. ■

Reunião Geral da RET-SUS: formulando políticas de Mesas-redondas discutem conjuntura política, formação

Um encontro político, pedagógico e de gestão. Assim foi a 4ª Reunião Geral da RET-SUS, que aconteceu em Florianópolis, de 24 a 26 de abril, com a recepção da Escola de Formação em Saúde (EFOS), do estado de Santa Catarina. Reunindo cerca de 100 pessoas, entre diretores e coordenadores pedagógicos de todas as Escolas Técnicas do SUS, palestrantes e a equipe da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), o evento discutiu a conjuntura política para a formação de trabalhadores da Saúde; a formação técnica, a partir do caso do agente comunitário de saúde; a pesquisa na área de educação profissional em saúde; e os rumos da RET-SUS no contexto do novo pacto de gestão.

Embora tenha acontecido em um hotel, a Reunião começou com uma visita à EFOS. Lá, os convidados conheceram toda a equipe da Escola e participaram da apresentação musical de uma cantora da comunidade local.

A mesa de abertura oficial foi composta por Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Carmem Zanoto, Secretária Estadual de Saúde de Santa Catarina, Ronald dos Santos, representante do Conselho Nacional de Saúde, Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), por Ana Lucia Desolt, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela diretora da EFOS, Leni Granzotto.

A Reunião da RET-SUS é um encontro de trabalho no qual são debatidos temas que devam subsidiar o trabalho das Escolas nos seus mais di-

versos aspectos. Além disso, é um momento de discussão de problemas comuns e troca de experiências — de formação, gestão, articulação, pesquisa — entre as Escolas Técnicas. A primeira edição aconteceu em 2001. Depois de um intervalo, a segunda e a terceira foram realizadas em 2004 e 2005. Já a partir de 2006, deverão ocorrer duas reuniões por ano. A anfitriã do encontro do segundo semestre será a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora, de Alagoas, ainda sem data definida.

Profae: a primeira estrela da festa

Se o Ministério da Saúde tivesse que escolher apenas um exemplo de sucesso na área de formação em Saúde no Brasil para divulgar, seria o Projeto de Formação de Pessoal da Área da Enfermagem, Profae. Pelo menos foi isso que o Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Francisco Campos, defendeu durante a 4ª Reunião Geral da RET-SUS, classificando o Projeto como a política de formação mais consolidada do país. Segundo ele, o Profae é considerado uma das maiores e mais bem avaliadas intervenções já financiadas pelo BID. O desafio agora é expandir isso para as outras profissões. “Atendidos os 350 mil do Profae, devemos ter ainda uma dívida de 600 mil a 900 mil trabalhadores técnicos que precisam de formação”, disse.

Isso sem contar políticas de saúde que, se fossem seguidas a risca, aumentariam a demanda por técnicos. Como exemplo, ele citou o problema do câncer uterino. “Se todas as mulheres que nesse momento são vulneráveis resolverem fazer o exame, os

citopatologistas que hoje nós temos no Brasil não dariam conta. Como vou falar para a população se prevenir se ela vai ao posto de saúde e não encontra profissional?”, questionou.

Com todos esses predicados, Francisco Campos acha que o Profae deverá ser exemplo internacional. “Essa experiência do Brasil é o único caminho de formação massiva para cobrir a carência de profissionais no mundo”, afirmou.

Mas nada disso seria possível, segundo ele, sem o caminho aberto pelo Projeto Larga Escala e o trabalho da enfermeira Izabel dos Santos. “O Larga Escala trouxe a idéia. As Escolas Técnicas do SUS são a materialização dessa idéia: de que é preciso reconhecer os trabalhadores, preparar bem e dignificar as pessoas”, disse.

Os números que justificam todos esses elogios apareceram depois, na apresentação de Ena Galvão. Segundo os dados, o Profae formou 323.512 trabalhadores, entre auxiliares e técnicos de enfermagem. Desses, mais de 79 mil foram formados por 24 ETSUS — hoje, elas são 37. Tão ou mais importante do que a quantidade foi a abrangência dessa participação da RET-SUS no Profae: esses alunos eram procedentes de 2414 cidades — o que significa 43% dos municípios brasileiros —, atingindo 982 municípios-pólo. Tudo devido à capacidade de descentralização de cursos, que é característica das ETSUS.

Já anunciando o novo Projeto que o Ministério da Saúde está tentando negociar com o BID, que deverá resultar no Profaps, uma espécie de Profae 2 voltado para outras áreas além da enfermagem, Ena enumerou também os atuais desafios das ETSUS: a

formação de trabalhadores técnicos para o SUS

do ACS e pesquisa em educação profissional

formação inicial de 210 mil ACS e 85 mil agentes de vigilância ambiental e a formação de 14 mil Técnicos de Saúde Bucal para o Programa de Saúde da Família.

Diante de todo esse elogio ao Profae, e a um modelo que gerou ou está gerando outros “Pró”, como o Pró-Saúde, voltado para o ensino superior, e o próprio Profaps, foi inevitável a referência à política de educação permanente. Para tocar no assunto, o Secretário contou que leu no orkut que o Profae tinha sido substituído pelos Pólos de Educação Permanente. “Isso não é verdade. Os pólos têm que existir como importantes instâncias de articulação locorregional para que os gestores e outros atores estejam presentes, mas isso não dispensa projetos de ampla cobertura nacional, como foi o Profae. Hellen Schmitt, coordenadora de desenvolvimento humano da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, que representou o Conass na mesa sobre Conjuntura Política, fez coro: “A voz locorregional não pode ser ignorada”.

Formação do ACS: a polêmica

Formação inicial (básica) ou curso técnico? Essa foi a pergunta que mobilizou o debate na mesa-redonda ‘Formação técnica como política para o SUS: o caso do ACS’. E a polêmica, que tem aparecido em diversos espaços, já estava anunciada mesmo antes do debate. Isso porque o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) recusou, na última hora, o convite para se fazer representar na Reunião, e tudo indica que o motivo foram discordâncias em relação a esse assunto.



Acima, grupo de trabalho das ETSUS da região Norte. Abaixo, Francisco Campos fala na abertura e Leni Granzoto recebe Ena Galvão na visita à EFOS



O Conasems não estava, mas o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) foi “solidário” com as preocupações dos municípios. Flavio Magajewski, que é da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina e fala em nome do Conass, disse não ter dúvidas sobre a necessidade de formação do ACS, um trabalhador fundamental para as mudanças que se esperam do sistema. Mesmo classificando como “conservadora” a posição dos

gestores que não querem a formação técnica do ACS, Flavio ponderou que esse passo vai provocar uma série de mudanças importantes para as quais a gestão não está preparada. “O salário é o menor dos problemas. As mudanças no Plano de Cargos, Carreiras e Salários é que serão mais substanciais”, explicou, pedindo que os participantes ali presentes respeitassem a posição dos gestores em função das suas limitações. “A verdade não está nem com



Isabel Brasil: pesquisa como disputa por projetos de sociedade



ETSUS apresentam projetos de pesquisa

os trabalhadores nem com os gestores. Quanto mais democratas nós formos, mais veremos que parte da nossa verdade está com o outro”, concluiu.

Ena Galvão reiterou que, neste momento, o Ministério da Saúde só vai financiar as primeiras 400 horas do itinerário técnico — etapa que se está chamando de ‘formação básica’ —, como foi pactuado nacionalmente na Comissão Intergestores Tripartite. Mas ela aproveitou para esclarecer alguns pontos. Primeiro, que um curso só pode ser submetido ao conselho estadual de educação ou órgão equivalente para ser aprovado na íntegra, portanto, nesse caso, com todas as etapas, chegando até o técnico, o que não significa que ele tenha que ser executado todo de uma vez. Segundo, que o controle que o Ministério da Saúde pode ter sobre essa formação se limita ao financiamento. O governo federal não pode — e nem teria por que — intervir nos processos financiados por outros entes federados. Esse é o caso do Tocantins, estado que decidiu completar o curso técnico para todos os seus ACS e pagar isso do próprio bolso. Por fim, ela ressaltou que as conquistas dos movimentos sociais também inde-

pendem do Ministério da Saúde.

E é difícil encontrar hoje uma categoria mais bem organizada do que a dos agentes comunitários de saúde. Iolanda Rocha, da Escola Técnica de Saúde do Tocantins, que também participou da mesa, contou que a decisão do governo de completar o itinerário técnico foi motivada pela mobilização de mais de 3200 ACS do estado. O resultado é que a Escola já está tocando o módulo 2, com uma diminuição de 100 horas — que foram jogadas para a terceira etapa — para conseguir realizar o curso com os recursos disponíveis. Um verdadeiro quebra-cabeça que integra gestão e formação.

O depoimento de Tálita Lima, diretora da Escola Técnica de Saúde Maria Moreira da Rocha, que foi debatedora da mesa apresentando a experiência do seu estado, disse que, lá, pactuou-se o curso técnico, na íntegra, tanto na Comissão Intergestores Bipartite quanto no Conselho Estadual de Saúde e no Pólo de Educação Permanente. “Nossos maiores aliados foram os ACS organizados”, fez questão de destacar.

Para confirmar a disposição desses trabalhadores de continuar influenciando a implementação de políticas, veio a fala de Tereza Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (leia entrevista na próxima edição). Ela começou dizendo que eles querem um curso que os reconheça como profissionais de saúde, não “certificadosinhos de cursos avulsos”. E para deixar claro que formação é essa, ela garantiu que a maioria dos agentes quer mesmo ser ACS. “Quem quiser ‘virar’ auxiliar de enfermagem, pode seguir seu caminho. Mas sai da nossa frente, porque nós queremos ser agentes comunitários de saúde”, disse. Ela lembrou que eles já conquistaram uma lei que cria a profissão de ACS e uma Emenda Constitucional para desprecarizar seus vínculos de trabalho. “Os deputados não nos deram nada de presente. Nós conquistamos tudo isso e vamos conseguir o curso técnico também”, disse.

Por fim, Tereza disse que vem sendo procurada por Organizações não-

governamentais que pedem o apoio da Confederação para executarem essa formação. Mas, segundo ela, a organização tem defendido e incentivado as Federações Estaduais a defenderem também que o curso seja feito pelas Escolas Técnicas do SUS. Ela mesma está cursando o primeiro módulo do curso, coordenado e executado pela Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco, e fez muitos elogios. “O curso tem sido importante em todos os aspectos, inclusive quando estudamos procedimentos que nós achávamos que já sabíamos”, avaliou.

Pesquisa como parte da formação

Para completar o tripé política, formação e pesquisa, uma outra mesa-redonda discutiu ‘A investigação científica nos processos didático-pedagógicos da educação profissional em saúde’. A importância de se desenvolver pesquisa em educação profissional em saúde vem sendo discutida há tempos, mas ganhou concretude no início deste ano, quando a SGTES/MS lançou uma convocatória de pesquisa voltada exclusivamente para as Escolas Técnicas do SUS. As Escolas do Acre, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Araraquara (São Paulo) e Santa Catarina — uma de cada região brasileira — fizeram uma breve apresentação dos seus projetos de pesquisa — no improviso, já que a relação dos selecionados só foi divulgado na própria reunião. E a mesa-redonda durante o encontro foi mais uma etapa desse processo de incentivo, que não pára por aqui: no final de maio, acontecerá um seminário com a participação de duas pessoas de cada Escola selecionada e uma pessoa das outras Escolas da Rede.

Isabel Brasil, vice-diretora de pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que participou da elaboração da convocatória e análise dos projetos junto com o Ministério da Saúde, falou sobre ‘Linhas de Pesquisa em Educação Profissional em Saúde’. Segundo ela, o que articula pesquisa e educação é o conhecimento. “Uma o produz; outra o comunica”. Mas deu um aviso: “A ciência não é neutra. Pesquisa, como educação, é luta por projetos de socieda-

de”. Isso porque, de acordo com Isabel, a força do mercado que age sobre a educação — orientando para outras demandas que não as da sociedade — também age sobre a pesquisa, inclusive a partir de algumas agências de fomento.

Da mesma forma, ela destacou que, como o SUS negou a lógica do treinamento, desde o Projeto Larga Escala, é necessário agora superar a concepção de pesquisa como relativa apenas a situações emergenciais. Mais do que isso, é preciso distinguir investigação de mapeamento. “Diferente de mapear, pesquisar requer uma boa formação. Temos que ir à Sociologia do Trabalho, à Educação e à Saúde para construir a área de investigação em Educação Profissional em Saúde, porque ela não está dada”, disse. Sobre essa área a ser construída, ela deu uma pista: segundo Isabel, uma das coisas que as ETSUS vão dizer com o trabalho de pesquisa, confirmando sua missão política e pedagógica, é que o trabalhador de nível médio pode conhecer tudo.

Para falar sobre agências de fomento à pesquisa em saúde, participou do encontro Margareth Oliveira, do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), do Ministério da Saúde. Ela apresentou os projetos desenvolvidos pelo Decit, que incluem a construção de Bibliotecas Virtuais (BVS) e o financiamento da implantação de Núcleos de Ciência e Tecnologia em dez secretarias estaduais de saúde (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Santa Catarina). Além disso, apresentou editais desenvolvidos em parceria entre a SCTIE e a SGTES, que englobam as áreas de ‘Gestão do Trabalho em Saúde’, ‘Gestão da Educação em Saúde’, ‘Gestão da Educação em Saúde e Integração Regional no Mercosul’ e ‘Comunicação e Informação em Saúde’.

Desafios para a RET-SUS

Ao longo de toda a Reunião, mas, particularmente, nos trabalhos de grupo e na abertura do evento, discutiram-se

ETSUS
Pernambuco
na
exposição
sobre as
Escolas da
RET-SUS



os principais problemas e perspectivas para a educação profissional em saúde e para a RET-SUS. Nas primeiras mesas, tanto a secretária de saúde de Santa Catarina, Carmem Zanoto, quanto a coordenadora de desenvolvimento humano do estado, Hellen Schmitt, enumeraram as principais preocupações do Conass. Uma se refere ao repasse de recursos financeiros: defende a modalidade fundo a fundo já que os convênios geram uma série de dificuldades para a execução dos projetos. Sobre isso, a RET-SUS vem discutindo que é preciso ainda ir além. Uma das demandas das Escolas, que já foi apresentada na CIT, discutida na Reunião e voltará à pauta no Grupo de Trabalho temático de Recursos Humanos da Tripartite, é a necessidade de maior flexibilidade de gestão nas Escolas, que lhes proporcione uma maior autonomia financeira e orçamentária.

Outro ponto destacado pelo Conass é a dificuldade de contratação de servidores que atuam nos serviços de saúde para dar aula nas ETSUS, mesmo que fora do horário de trabalho, em virtude de limitações legais. “Não podemos desperdiçar essa massa de conhecimento que temos no próprio sistema”, disse Carmem. Ou, nas palavras de Ena Galvão: “O aluno é do SUS, a Escola é do SUS, o professor também tem que ser do SUS”.

De todo o debate, e como resultado dos trabalhos de grupo, um consenso foi que as ETSUS precisam interagir e se articular mais com a ges-

Formação Técnica do ACS: a força dos movimentos sociais



ETSUS Alagoas: anfitriões da próxima Reunião



tão, com os espaços de pactuação e com o controle social. E que este é um momento privilegiado para se aprofundar ou começar isso: a expectativa é que, inserindo-se nas discussões estaduais, a RET-SUS ajude a construir o ‘pacto de gestão da educação profissional em saúde’, regulamentando as mais recentes pactuações do SUS. Todas as apresentações feitas durante a Reunião estão disponíveis no site da RET-SUS (www.retsus.epsjv.fiocruz.br).■

Plano de Investimento fortalece ETSUS

Sete Escolas da RET-SUS já foram beneficiadas

As Escolas Técnicas do SUS estão sendo modernizadas. O Projeto de Investimento para fortalecimento e modernização das ETSUS já beneficiou sete das 37 Escolas de todo o Brasil e está em vias de contemplar mais duas. O investimento tem como propósito viabilizar a aquisição de laboratórios para práticas de ensino e de informática e a modernização tecnológica em informação, comunicação e didática. Tudo isso para proporcionar condições mais adequadas à formação técnica em saúde e à educação permanente para o segmento de trabalhadores técnicos.

Os Projetos são apoiados pelo Ministério da Saúde com financiamento do Profae que, por sua vez, possui 50% de seus recursos orçamentários provenientes de fonte do Tesouro Nacional e a outra metade de fonte externa, do BID. A execução dos projetos se dá de forma centralizada pelo Ministério, no que diz respeito às aquisições de equipamentos, e de forma descentralizada, através de repasses diretos para as Secretarias Estaduais/Municipais, para o financiamento das atividades da Escola.

Para que as Escolas recebam o investimento de R\$ 500 mil, elas devem atender a alguns critérios pré-estabelecidos, entre eles, ter o ato de sua criação já publicado, possuir projeto político pedagógico e regimento escolar aprovado e credenciado pelo Conselho Estadual de Educação e contar com uma equipe diretiva e técnica nomeada e atuante. Isso feito, um consultor do Ministério da Saúde visita a ETSUS para elaborar, de forma coletiva com o corpo técnico, seu projeto de modernização. Em um próximo passo, uma carta de adesão assinada pelo responsável do órgão

mantenedor da Escola é enviada ao Ministério para aprovação.

A Escola Técnica Enfermeira Francisca Saavedra, do Amazonas, que recebeu em abril a visita do consultor de investimentos para a área de Escolas Técnicas Carlos Spezia já teve seu plano aprovado pelo Ministério da Saúde. “Precisei de apenas alguns dias para ver que a Escola funciona em excelentes condições. Da administração à estrutura e do quadro técnico aos recursos humanos”, elogiou Spezia. O dinheiro investido nessa Escola será utilizado na compra de livros para a biblioteca, aquisição de veículos, modernização de programas de *software* e projetos de pós-graduação e especialização de trabalhadores. Outras ETSUS que também já foram beneficiadas são as do Sergipe, Acre, Roraima, Maranhão, Tocantins e Rondônia. O projeto da Escola do Pará já está em processo de viabilização e a ETSUS do Piauí receberá a consultoria nos dias 15, 16 e 17 de maio.

De acordo com Spezia, os resultados imediatos pretendidos pela modernização são a ampliação do acesso dos trabalhadores à educação permanente e o crescimento da oferta de ações educativas de acordo com as demandas reais do setor, assim como a melhoria da infra-estrutura educacional das ETSUS nos aspectos físicos, técnicos e pedagógicos. Ainda segundo ele, num âmbito maior, o investimento também traria resultados tais como “a qualificação dos trabalhadores para responder à acelerada incorporação tecnológica nos serviços de saúde da atenção básica, especializada e hospitalar, o que ampliaria a qualidade das ações ofertadas à população”. ■

Campanhas e curso de ACS no Amazonas



Em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, a Escola de Formação Profissional Enfermeira Francisca Saavedra, do Amazonas, promoveu uma Campanha de Vacinação para atender sua comunidade acadêmica, as escolas estaduais próximas e a comunidade local. Vacinas de Febre Amarela, Hepatite e Antitetânica foram aplicadas em aproximadamente 500 pessoas, nos dias 6 e 7 de abril. Para a escolha dos tipos de vacina que seriam aplicadas foi feito um levantamento com os servidores e alunos da Escola.

Essa não foi a única campanha promovida neste ano. Em parceria com o Instituto de Hemoterapia do Amazonas, a ETSUS organizou um evento solidário para doação de sangue, no dia 15 de fevereiro, no qual contou com mais de 50 doadores doadores.

E as novidades não param por aí. No dia 2 de maio, a Escola inaugurou o seu curso de agentes comunitários de saúde. Foram iniciadas 67 turmas em todo o estado, sendo 18 delas em Manaus.

ERRAMOS

Na página 7 da última edição da Revista RET-SUS, no segundo tópico do box da matéria de capa (Controle Social discute política para ‘Gente que faz Saúde’), onde está escrito ACS, na verdade, é ACD.

ETSUS do Acre inicia projeto em Plácido de Castro

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, do Acre, que já formou 12 turmas no curso de agente comunitário de saúde, iniciou um projeto-piloto, no município de Plácido de Castro, que tem como proposta a implantação de um 'currículo integrado' no curso de ACS.

O projeto visa à integração entre ensino, serviço e comunidade, e também entre formação e processo de trabalho dos agentes, tendo como objetivo a contribuição na organização das ações desenvolvidas nos municípios pelo Programa de Agentes Comunitários (PACS). O currículo, com

carga horária de 400 horas, está dividido em 160 horas de concentração e 240 de dispersão. Na primeira semana presencial estiveram presentes, em período integral, a coordenação técnica do curso e a equipe de aprendizagem da Escola.

A Secretaria Municipal de Plácido de Castro foi parceira da Escola no custeio das despesas com alimentação e hospedagem da equipe durante a etapa presencial. A ETSUS, que se prepara para oferecer mais 28 turmas de ACS, pretende, futuramente, estender o projeto curricular aos demais municípios do estado.

Técnico em Enfermagem e ACS na ETSUS-SP

A unidade desconcentrada Leste I da ETSUS São Paulo realizou, em 20 de abril, a cerimônia de colação de grau de 24 alunos do curso de habilitação para técnico de enfermagem. Durante o evento, que contou com a presença dos gestores das unidades de saúde e do subprefeito da região, a coordenadora do curso anunciou a decisão dos gestores de realizar um novo processo seletivo para a criação de mais duas turmas.

Na mesma unidade, e também

na de Leste II, foram iniciadas, em fevereiro, seis turmas do curso de agente comunitário de



Colação de grau na ETSUS-SP

saúde, três delas em São Miguel e as outras três em São Matheus. No mês de abril, a região Sul também abriu 14 novas turmas de ACS, sendo duas em Santo Amaro e Ci-

dade Ademar, três em Capela do Socorro e Parelheiros, cinco em M'Boi Mirim e quatro em Campo Limpo. Já na região Sudeste, três turmas começaram nos bairros de Vila Mariana, Jabaquara e Penha.

Oficina reúne seis ETSUS de São Paulo

Os Centros Formadores de Pessoal para Saúde do estado de São Paulo, localizados nos municípios de Pariqueira-Açu, Araraquara, Assis, Franco da Rocha, Osasco e São Paulo, encerraram, nos meses de março, abril e maio, 116 turmas com 3346 alunos do curso técnico de agente comunitário de saúde.

Para reavaliar a primeira fase desse projeto, o Cefor da capital reuniu em uma oficina, no dia 17 de abril, os coordenadores pedagógicos e diretores das seis ETSUS.

Em maio serão iniciadas mais 150 turmas descentralizadas do curso de ACS no estado para 4.500 alunos.

ETIS em Angra e na Cidade de Deus

Em 28 de março, a Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos, no Rio de Janeiro, realizou a aula inaugural do curso de requalificação para os auxiliares de enfermagem das equipes do Programa de Saúde da Família e das Unidades Básicas de Saúde de Angra dos Reis. O palestrante foi João Domingos, presidente da Fundação de Saúde de Angra (FUSAR), que falou sobre o tema: 'A promoção da Saúde e o Auxiliar de Enfermagem no PSF'.

A ETIS também está em fase final de elaboração de novos projetos de extensão na Cidade de Deus, região carente do Rio de Janeiro. O sucesso obtido com a implantação de cursos de auxiliar de consultório dentário e de auxiliar de enfermagem na comunidade fez com que a Escola decidisse também fazer a complementação dos cursos para técnico.

Complementação de técnico de enfermagem na ETSAL

A fim de responder à reivindicação de trabalhadores locais, está programado para junho o início de mais uma turma de complementação para o curso técnico de enfermagem da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora, em Alagoas. Viabilizado em parceria com o Hospital de Referência para os Transtornos Mentais no estado de Alagoas, o curso ocorrerá nas dependências do hospital e terá como instrutores, em sua maioria, enfermeiros da própria instituição, que serão preparados pela Escola a partir da Pedagogia de Problematização. A turma será acompanhada pela coordenação pedagógica e coordenação dos cursos de enfermagem da ETSAL.

2ª EXPOESP movimentou Escola do Ceará

A Escola de Saúde Pública do Ceará realizará, nos dias 24, 25 e 26 de julho, a segunda EXPOESP, que terá como tema central 'A ESP-CE na construção do conhecimento e do controle social'. Na programação da exposição estão previstas três mostras de saúde e dois fóruns, assim como oficinas, rodas de conversas, cursos, painéis, mesas-redondas, conferências e apresentação de temas livres.

Serão oferecidas 400 vagas para o evento, que abre inscrições para o público em geral no dia 2 de maio. Os estudantes de graduação e profissionais de saúde interessados deve-

rão pagar uma taxa que, segundo Virginia Costa, diretora da área de educação para as profissões da saúde, será cobrada para evitar que os participantes faltem.

Já as inscrições para a apresentação de temas livres poderão ser feitas no período de 10 a 31 de maio. Após a divulgação dos trabalhos selecionados, marcada para o dia 20 de junho, os autores terão dez dias para se inscrever na EXPOESP.

Os regulamentos para a apresentação de trabalhos científicos e outras informações estarão disponíveis no site da Escola: <http://www.esp.ce.gov.br>

ESP-MG completa 60 anos de ação na saúde

A Escola de Saúde de Minas Gerais está comemorando 60 anos. Criada em 1946, em apenas três anos (de 2003 a 2006) a ESP capacitou mais de 30 mil profissionais do SUS de Minas Gerais, número superior à soma das capacitações feitas nos 56 anos anteriores.

As ações da Escola abrangem o campo de gestão, especialização em gestão hospitalar, gestão de sistemas e serviços de saúde, gestão de assistência farmacêutica, regulação de serviços de saúde, auditoria, qualidade na produção de medicamentos e direitos sanitários; o campo da formação e prevenção, vigilância sanitária, ambiental, prevenção ao câncer, pre-

venção ao vírus da AIDS (que em apenas um ano de atividades capacitou 797 profissionais), prevenção à mortalidade infantil e materna; como também a assistência por meio de fortalecimento da estratégia da saúde da família, com a formação de 8 mil agentes comunitários de saúde, mil técnicos de higiene dental, além de curso de aperfeiçoamento para todos os profissionais de nível superior.

Desde dezembro está sendo realizada uma reforma em toda a estrutura da sede da Escola, que abrigará a Biblioteca de Saúde de Minas Gerais. As obras estão previstas para serem finalizadas em junho, mês do aniversário da ESP-MG.

'Dois em um' em Blumenau

Com o recurso disponibilizado para a criação de uma turma do curso técnico em vigilância sanitária e saúde ambiental, na Escola Técnica de Saúde de Blumenau, serão realizadas duas. Por meio de um convênio feito com o Ministério da Saúde, a Escola formou, em dezembro de 2005, 27 profissionais

de 12 municípios de Santa Catarina.

Com o restante do financiamento, e devido à demanda existente na região, a ETSUS obteve a autorização do Ministério de Saúde para a formação de mais uma turma com 35 alunos. A previsão para o início do curso é maio.

Formandos da ETSUS Tocantins

Alunos da turma de agentes comunitários de saúde do pólo Porto Nacional da Escola Técnica de Saúde do Tocantins, que concluíram o 1º módulo do curso neste ano, em trabalho realizado no final das aulas, traçaram o perfil das gestantes adolescentes de seus municípios. As pesquisas, feitas em Silvanópolis e Monte do Carmo, tiveram orientação e supervisão da professora Anna Nunes e da coordenadora Cleide Milhomem. A partir dos resultados verificados na pesquisa, como o diagnóstico das possíveis causas da gravidez precoce e das dificuldades e necessidades passadas pelas jovens, os alunos sugeriram, no final do trabalho, propostas aos gestores locais, entre elas a geração de emprego e a criação de projetos sociais.

Enquanto isso, no dia 6 de maio, a Escola realizou a formatura de 27 alunos do curso técnico em higiene dental, no auditório do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, no centro de Palmas.

Socialização e Pactuação na ETSUS Maranhão

A Escola Técnica do SUS do Maranhão realizou, nos meses de março e abril, três Seminários de Socialização e Pactuação com 222 gestores municipais. Durante as reuniões, ocorridas nas macrorregionais de Imperatriz, Caxias e São Luís, a ETSUS foi apresentada aos prefeitos e secretários dos 217 municípios do estado, como também ao representante do Programa de Saúde Família (PSF).

A divisão de papéis atribuídos aos municípios e ao estado para a formação de cursos descentralizados foi um dos temas centrais abordados durante os seminários.

Envelhecimento gera demanda de curso na Fhemig

Você leu na edição passada da Revista RET-SUS que a Escola de Formação Profissional da Fhemig iniciou, no dia 27 de março, o segundo curso de cuidadores de idosos. Participaram da abertura oficial do curso, que será realizado no Instituto Raul Soares, unidade hospitalar da Rede Fhemig, o diretor de Pesquisa e Ensino, Cristiano Augusto Canêdo, a diretora da Escola, Sandra Miramar e a coordenadora do curso, Roberta Machado Bastos. A coordenadora do Núcleo de Atenção ao Idoso, da Secretaria de Estado da Saúde, Eliana Sialho, também esteve presente.

Segundo Cristiano Canêdo, a importância da capacitação dos trabalhadores de saúde nesse curso se deve



ao “envelhecimento da população brasileira, que vem gerando uma grande mudança no perfil da clientela que precisa de atendimento hospitalar”.

Na nova turma, da qual participam servidores dos Centros Geral de Pediatria, Geral de Reabilitação e Mineiro de Toxicomania, dos Hospitais Eduardo de Menezes, Maria Amélia Lins, Galba Veloso,

Júlia Kubitschek e HPS de Venda Nova, serão levantadas questões sobre o envelhecimento não só dos pacientes, mas também dos alunos.

O curso tem previsão de término em 17 de maio e novas turmas estão sendo organizadas ainda pra este ano.

Formação 100% em Roraima

A Escola Técnica do SUS em Roraima formará 100% dos agentes comunitários de saúde do estado. O governador do Roraima, Ottoomar de Souza Pinto, juntamente com a secretária de saúde, Eugênia Glaucy de Moura e com os prefeitos e gestores de saúde dos municípios participantes, assinou o termo de compromisso para formação de 618 ACS no



1º módulo do curso de nível técnico, com 400 horas. O documento assinado tem como objetivo pactuar as responsabilidades dos envolvidos no processo.

Os municípios foram divididos em dez pólos de formação. Boa Vista, município com maior número de profissionais, foi classificado como pólo 10, com oito turmas de 35 alunos cada.

Cefor Pariquera-Açu investe em ACS

O Centro Formador de Pariquera-Açu elaborou e aprovou, nos órgãos de Educação de sua região de abrangência, o Plano Escolar para realização dos três módulos do curso de técnico de agente comunitário de saúde. Segundo Ruth Gouvea, diretora do Cefor, a Escola, que concluirá suas primeiras turmas do módulo I do curso no final de maio e outras oito no fim do ano, se empenhará em conseguir financiamento para que os ACS tenham sua formação completa.

E os alunos das turmas técnicas estão realizando uma pesquisa na região do Vale do Ribeira. O estudo tem como finalidade descobrir o que os usuários do SUS pensam em relação ao serviço e ao atendimento do sistema. Os resultados, assim que apresentados pela Escola, serão divulgados pela Revista RET-SUS.

Abertura oficial da ETSUS Rondônia



O Centro de Educação Técnica Profissional na Área de Saúde, em Rondônia, foi oficialmente inaugurado no último dia 4 de abril. A cerimônia contou com a presença do governador do estado, Ivo Cassol e da coordenadora de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão.

No mesmo dia, foram iniciadas duas turmas de 30 alunos do curso de agente comunitário de saúde. Outras duas estão previstas para começar ainda no mês de maio.

Década de Recursos Humanos é lançada no Dia Mundial da Saúde

Relatório Mundial da Saúde destaca problemas dos trabalhadores do setor

No dia 7 de abril, em meio às comemorações do Dia Mundial da Saúde, dedicado este ano aos trabalhadores da área, deu-se início à Década de Recursos Humanos em Saúde, uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS). O período estabelecido, de 2006 a 2015, terá como objetivo principal mobilizar atores nacionais e internacionais para construção de políticas e intervenções para o enfrentamento de sérios desafios em relação à gestão do trabalho e formação em saúde nas Américas.

José Paranaguá de Santana, consultor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas/OMS) para área de recursos humanos no Brasil vê grande importância no reconhecimento do papel dos trabalhadores na área da saúde. Segundo ele, a crise de escassez de RH e a grande concentração de profissionais da saúde em determinadas áreas justificariam a escolha do tema da Década. Além disso, ele também citou as condições de trabalho nos países mais pobres, que “são extremamente injustas com trabalhadores do setor”, expondo-os a inúmeros riscos de contaminação e stress.

De fato, o Relatório Mundial da Saúde 2006, divulgado também no dia 7 de abril, diz que a falta de mais de 4 milhões de profissionais da saúde no mundo tem um impacto “devastador” na capacidade de vários países de lidar com doenças e promover saúde. De acordo com o resumo do Relatório (disponível para consulta no site da RET-SUS), intitulado ‘Trabalhando juntos pela Saúde’, existe no mundo um total de 59,2 milhões de trabalhadores de saúde remunerados atuando em tempo integral. Além disso, o texto destaca que os prestadores de serviço constituem dois terços da força de tra-

balho global da área da saúde, sendo o restante composto por gestores em saúde e trabalhadores de apoio. Contudo, foi detectada uma crise global da força de trabalho da área da saúde, caracterizada pela escassez crônica de profissionais. Esse cenário seria resultado de décadas de falta de investimento em ensino, treinamento, remuneração, infra-estrutura e gerenciamento.

Dos 57 países citados, 36 são da África Subsaariana, o que, segundo o relatório, coloca a região no centro da crise. São 24% da carga global de doenças, tratadas por apenas 3% do total de trabalhadores, que atuam com menos de 1% dos desembolsos mundiais com saúde. A previsão é de que a crise se aprofunde nos próximos anos, devido ao aumento da demanda por prestadores de serviço de saúde, tanto em países pobres quanto nos ricos.

José Paranaguá garante, no entanto, que o Brasil não está entre as piores situações nessa área. “Somos um dos poucos países onde esses problemas têm sido reconhecidos de forma explícita e têm sido tomadas iniciativas importantes, que se destacam no cenário internacional”, avalia, citando o Projeto de Profissionalização da Área de Enfermagem (Profae), a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Rorehs) e os investimentos na Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) como algumas dessas ações.

Para Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES/MS, o lançamento da Década de Recursos Humanos é um ato político que pode resultar em medidas mais concretas. Entre as demandas mais evidentes, segundo ela, estaria a de mais espaços educativos para formação técnica e o fortalecimento das instâncias

já existentes. “É importante conquistar um tratamento diferenciado e uma maior visibilidade para as ETSUS em seus estados, colocando-as na pauta dos gestores”, disse. Para Ena, esse é um dos desafios da Década, que “tem grande relevância por colocar efetivamente o trabalhador como principal agente transformador”.

Muitos outros problemas também devem ser resolvidos no sistema e na formação em saúde no país. Para Joanaucely Medeiros Magali, enfermeira e funcionária da Secretaria Estadual do Amazonas, que participa como palestrante das capacitações pedagógicas organizadas na ETSUS Amazonas, os profissionais não são devidamente preparados para trabalhar no SUS, principalmente porque muitos professores desconhecem o sistema e a sua história. Como solução, ela sugere políticas públicas que unam as áreas de educação, saúde e recursos humanos.

Por meio de uma portaria assinada pelo ex-Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, o tema ‘Gente que faz saúde’ traduziu as recomendações da OMS para que fosse adotada a força de trabalho em saúde como tema do Relatório Mundial da Saúde e do Dia Mundial da Saúde em 2006. Assim, em fevereiro, foi instituído o Comitê Consultivo do ‘Ano dos trabalhadores em Saúde’, presidido pelo próprio Ministro da Saúde e composto por representantes do Conselho Nacional de Saúde, pelo representante da Opas/OMS no Brasil e pelos presidentes do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). No Brasil, entre os eventos comemorativos da Década está o Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde. ■